

Os Tapuias, ecos do passado em Macro-Jê

Tapuias, echoes of the past in Macro-Jê

Tapuias, ecos del pasado en Macro-Jê

Wilmar da Rocha D'Angelis
wilmar.unicamp@gmail.com

Resumo

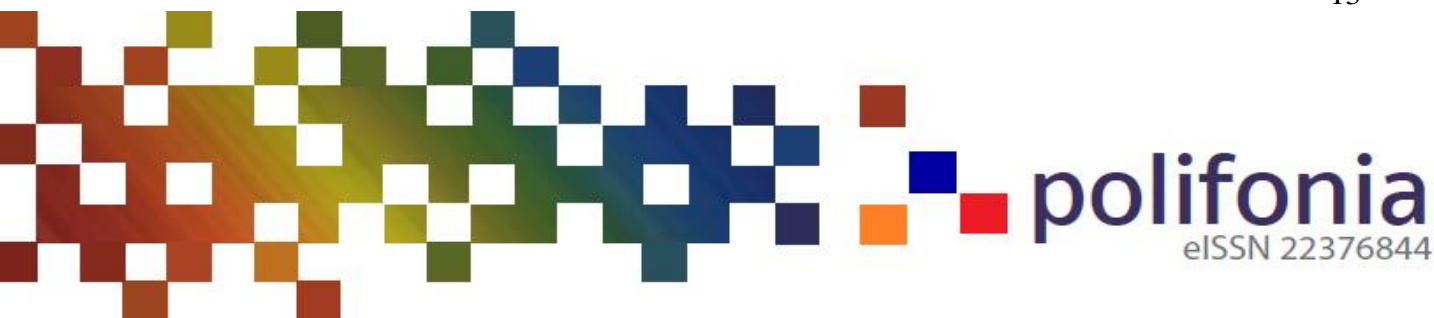
Apresentamos, neste artigo, um panorama sobre os povos indígenas que, no passado, foram identificados, seja na documentação colonial, seja no próprio ensino escolar, genericamente como *Tapuias*. Discutimos a origem do termo e sua introdução na literatura colonial, revendo a interpretação de renomados Tupinólogos. Traçamos, na sequência, um panorama dos registros principais, nos séculos XVI a XVIII, sobre populações indígenas identificadas como *Tapuia*, recuperando informação etnográfica relevante para comparação com elementos culturais das atuais populações Jê e Macro-Jê. Completamos o artigo com uma apresentação da pioneira classificação linguística genética dos povos Jê (Martius, 1867), que está na origem da concepção de um tronco Macro-Jê, do qual revemos o surgimento da proposta (Mason, 1950) e sistematizamos, em quadro sinótico, as contribuições que levam à atual configuração aceita para o tronco (ainda que não unânime). Chamamos a atenção, com este artigo, para uma possível permanência de alguma influência da ultrapassada dicotomia Tupi-Tapuia nas classificações linguísticas atuais.

Palavras-chave: tapuia, Macro-Jê, classificação genética, tronco linguístico

Abstract

In this article, we present an overview of the indigenous peoples that, in the past, were identified, either in the colonial documentation or in the school teaching itself, generically as *Tapuias*. We discussed the origin of the term and its introduction in colonial literature, reviewing the interpretation of renowned Tupinologists. Following, we draw an overview of the main records, in the 16th to 18th centuries, about indigenous populations identified as *Tapuia*, retrieving relevant ethnographic information for comparison with cultural elements of the current Jê and Macro-Jê populations. We completed the article with a presentation of the pioneering genetic linguistic classification of the Jê peoples (Martius, 1867), which is at the origin of the conception of a Macro-Jê stock, from which we review the emergence of the proposal (Mason, 1950) and we systematize, in a synoptic framework, the contributions that lead to the current accepted configuration for the trunk (although not unanimous). We draw attention, with this article, to a possible permanence of some influence of the outdated Tupi-Tapuia dichotomy in the current linguistic classifications.

Keywords: tapuia, Macro-Ge, genetic classification, linguistic stock



Resumen

En este artículo presentamos un panorama de los pueblos indígenas que, en el pasado, fueron identificados, ya sea en la documentación colonial, o en la propia educación escolar, genéricamente como Tapuias. Discutimos el origen del término y su introducción en la literatura colonial, revisando la interpretación de reconocidos Tupinólogos. A continuación, se hace un repaso de los principales registros, en los siglos XVI al XVIII, sobre poblaciones indígenas identificadas como Tapuia, recuperando información etnográfica relevante para su comparación con elementos culturales de las poblaciones actuales Jê y Macro-Jê. Completamos el artículo con una presentación de la clasificación genético-lingüística pionera de los pueblos Jê (Martius, 1867), que está en el origen del concepto de tronco Macro-Jê, a partir del cual revisamos la emergencia de la propuesta (Mason, 1950) y sistematizamos, en un sinóptico, las contribuciones que conducen a la configuración aceptada actualmente para el tronco (aunque no unánime). Llamamos la atención, con este artículo, sobre una posible permanencia de alguna influencia de la anticuada dicotomía Tupi-Tapuia en las clasificaciones lingüísticas actuales.

Palabras clave: tapuia, Macro-Jê, clasificación genética, tronco lingüístico

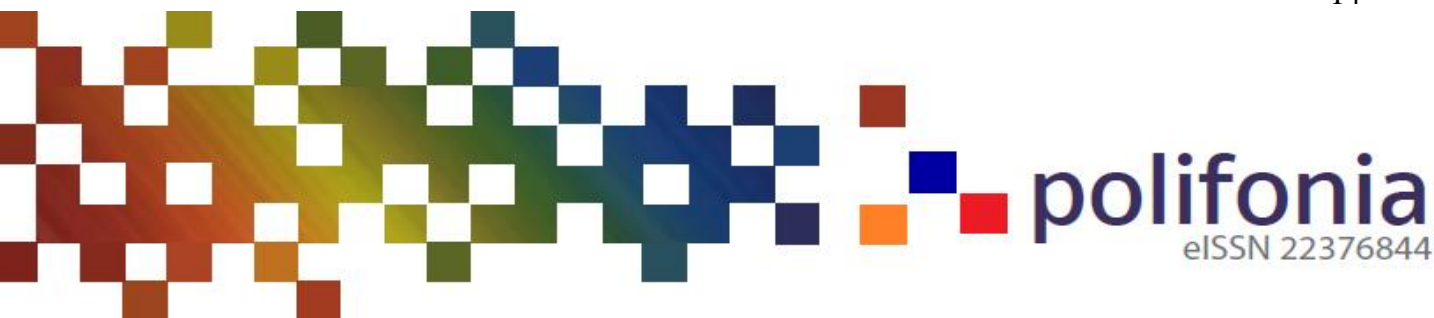
1. Introdução

É sabido que vários povos cujas línguas hoje são classificadas como Macro-Jê, no passado, foram chamados de Tapuias. Certamente, porém, nem todo povo dito Tapuia, no passado, é classificado atualmente como integrante do tronco Macro-Jê. Isso não significa, porém, que o estereótipo dos “Tapuia” como povos “de língua travada” e bárbaros, e antíteses dos povos Tupi, não deixou marcas; na classificação genética de algumas línguas, colocadas ao abrigo do tronco Macro-Jê, às vezes parece possível vislumbrar algum resquício daquela tradição, colocando no “balaio” Macro-Jê línguas estranhas que não caibam nas famílias já consagradas nos estudos linguísticos.

O presente artigo quer recuperar informações culturais – e, algumas, linguísticas – sobre os chamados Tapuia dos séculos XVI a XVIII e, na sequência, um panorama histórico da construção ou composição do tronco Macro-Jê.

2. Tapuia: forma e significado

*São inimigos conhecidos de todas as mais nações de índios:
com estas, e ainda com algumas das suas, trazem guerras contínuas.
E desta tão conhecida inimizade, lhe veio o nome de Tapuias,
que vale o mesmo que de contrários, ou inimigos.*
(VASCONCELLOS, 1668, p.150).



Segundo Lemos Barbosa (1951:149), *tapyyia* significaria “bárbaro”.¹ Essa tradução não é absolutamente segura, considerando as fontes de informação linguística que temos disponíveis (que, para os séculos XVI e XVII, em sua maioria são os registros jesuíticos). Registre-se que um importante cronista do séc. XVII, o jesuíta Simões de Vasconcelos, sugere que *tapuia* se traduza por “contrário”, ou seja, “inimigo”:

São inimigos conhecidos de todas as mais nações de índios: com estas, e ainda com algumas das suas, trazem guerras contínuas. E desta tão conhecida inimizade, lhe veio o nome de Tapuias, que vale o mesmo que de contrários, ou inimigos. (VASCONCELLOS, 1668, p.150).

Observem-se os seguintes registros, do *Vocabulário na Língua Brasileira* (VLB), documento cuja origem está no primeiro século da presença portuguesa:²

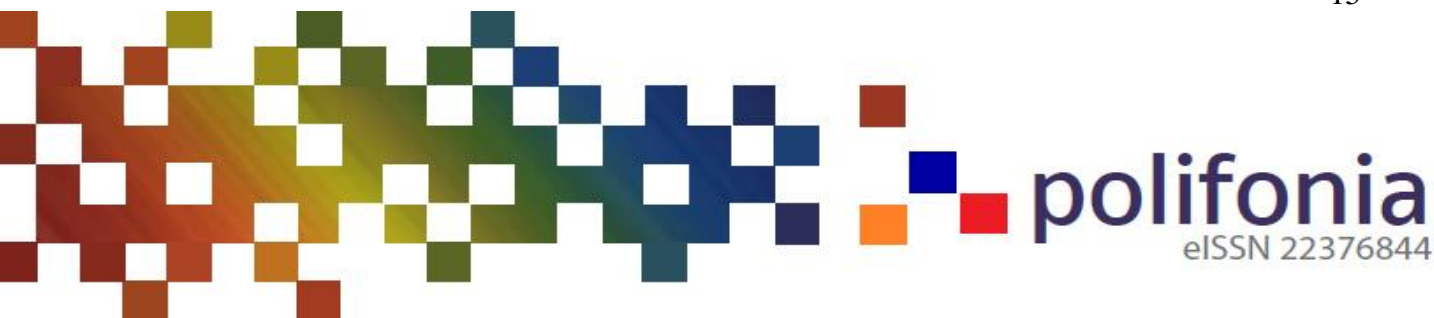
Cativo = *Miauçuba, Tapigigya*
Escravo = *Miauçuba, Tapuigya*
Gentio = *Apigaba*
Índio forro = *Apigaba*
Inimigo, hostis = *Tobajara*.
Negro de Guine = *Tapigiyûna, l, Tapiyinhuna*.³

Antes de comentar sua semântica, abro espaço para algumas observações a respeito da forma do registro (e sua provável pronúncia). O registro do *VLB* emprega uma representação comum dos jesuítas do primeiro século para a chamada “sexta vogal Tupi”: *ig = y*. Por sua vez, o “y” do registro jesuítico correspondia a uma aproximante [j]. Dessa forma, a melhor transcrição fonética para essa palavra será [tapi'ija] = *tapyyia*, para a

¹ Não se confundindo com *tapyia*, “choça” (BARBOSA, 1970, p.60). Não há, para o termo, nenhuma etimologia segura, ou mesmo uma boa hipótese.

² Segundo Serafim Leite (1958, p.90-91), o *Vocabulário na Língua Brasileira* foi obra do Pe. Leonardo do Vale (1538-1591), possivelmente preparado, em primeira versão, na década de 1570. Ao noticiar a morte do referido Pe. Leonardo, assim havia se expressado seu superior, o Provincial jesuíta Marçal Beliarde: “[F]aleceu em Piratininga, no dia 2 de maio de 1591, o P. Leonardo do Vale, príncipe sem dúvida das línguas do Brasil, eloquentíssimo como Túlio, que até os Índios se admiravam do seu talento e graça singular” (*apud* LEITE, 1958, p.90). Plínio Ayrosa, que fora responsável pela primeira publicação do *Vocabulário* no Brasil (1938), ao prefaciar a edição coordenada por Drumond, sugeriu que Anchieta pudesse ter sido co-autor com o Pe Leonardo do Vale (cf. AYROSA, 1952, p. 10).

³ Estou citando pela edição preparada por Carlos Drumond, publicada em dois volumes do *Boletim*, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (ver *VLB*). As palavras relacionadas estão registradas nas seguintes edições e páginas: *cativo* (vol. 23, de 1952, p. 69); *escravo* (idem, p. 124); *gentio* (idem, p. 148); *índio forro* (vol. 26, de 1953, p. 11); *inimigo* (idem, p.12); *negro* (idem, p. 49).



forma como está registrada na entrada “*cativo*”, e [tapu'ija] = *tapuyia*, na forma registrada para “*escravo*”.

Frederico Edelweiss, importante tupinólogo, apegou-se à segunda das formas do *VLB*, acima, preferindo o registro: *tapuyîa*, ou seja, [tapu'ija] (cf. EDELWEISS, 1947, p. 13, 145, 151). Por sua vez, outro importante tupinólogo, o Pe. Lemos Barbosa, em seu *Pequeno Vocabulário Tupi-Português* (1951, p. 149) consignou apenas a forma *tapyyia*, cuja transcrição fonética será [tapi'ija].⁴ No entanto, a forma com duas vogais [i] = “y”, em sequência heterossilábica, é improvável em Tupi. Nesse caso, seria razoável esperar uma oclusiva glotal entre elas: [tapiʔija].⁵

Penso que o mais aceitável é que a forma mais antiga tenha sido *tapy'yia*, que em algum dialeto – e muito provavelmente, por influência do português – tenha passado a *tapuyia* e, finalmente, *tapuia*. Um argumento a favor dessa hipótese é a forma registrada por Montoya, entre os Guarani, no Sul, na primeira metade do século XVII: *tapiĩ* (*tapi*, coisa comprada, e, *teĩ*, geração) = *escravo* (MONTROYA, 1639, fl. 356v.). Os atualizadores do *Tesoro*, de Montoya, na edição paraguaia de 2011, justamente introduziram uma oclusiva glotal, interpretando aquele registro como: *tapy'yi* (MONTROYA, 2011 [1639], p. 529).

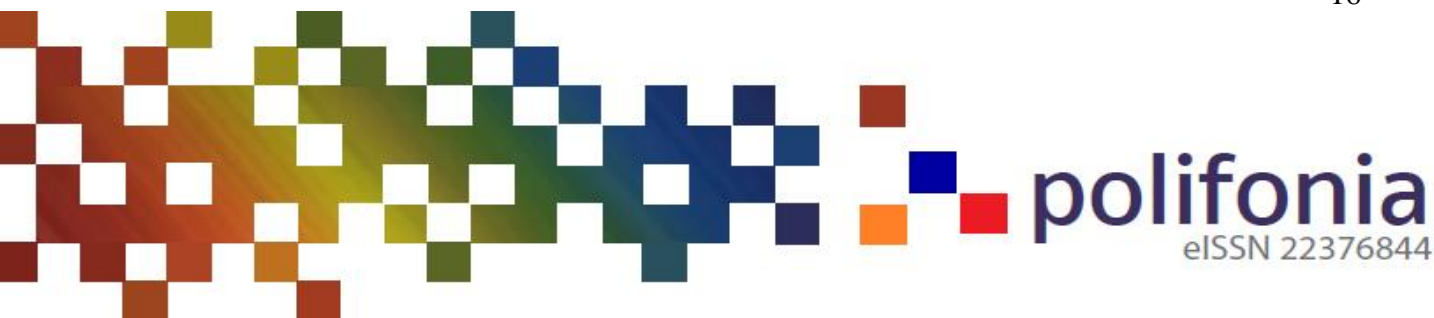
Observemos, agora, as traduções. O *VLB* não registra os termos “*bárbaro*” ou “*selvagem*”, mas podemos, em primeiro lugar, afastar a tradução de *Tapuia* como “*inimigo*”, dado que para essa acepção existe um termo específico.⁶

Comparemos, então, *tapuigya* = “*escravo*”, com *tapîgîyûna*, *tapîyînhuna* = “*negro da Guiné*”. O próprio *VLB* nos informa que a cor preta, em “*Preta cousa*”, é *una*

⁴ Posteriormente, no *Pequeno Vocabulário Português-Tupi* (1970, p.56), Lemos Barbosa anotou as duas formas: “*cativo* – *tapyyia*, *tapuyia* ou *tapuia*”.

⁵ A propósito, em minha interpretação para as palavras do Tupi Antigo ou Tupinambá, que são atualizadas contendo sequências “yy”, todas se enquadram em uma das seguintes soluções: ou são sequências heterossilábicas em que a segunda vogal é precedida de uma oclusiva glotal (como no exemplo discutido aqui), ou se trata de uma sequência de vogal [i] + aproximante velar [ɰ].

⁶ No *Vocabulário Português-Brasílico*, do séc. XVIII, encontramos: *Inimigo na guerra* = *tobaiára* (VPB, 1951, p.68).



(fonética e fonologicamente: /ũana/) (VLB, 1953, p. 86). Logo, a expressão usada para referir-se aos negros africanos é *tapĩgĩy + ãna*, isto é, *tapyi + ãna*, uma vez que a nasalização do primeiro elemento é decorrente de um processo comum de espalhamento de nasalidade nas línguas Tupi.

Para concluir esta seção, registremos que o *Vocabulário Português-Brasílico* assim consigna o termo para “*negro da Guiné*” = “*tapyyñũana*, ou *tapyyiũana*” (VPB, 1951, p.80),⁷ registro que deixa mais clara a composição *tapyyi + ãna*.

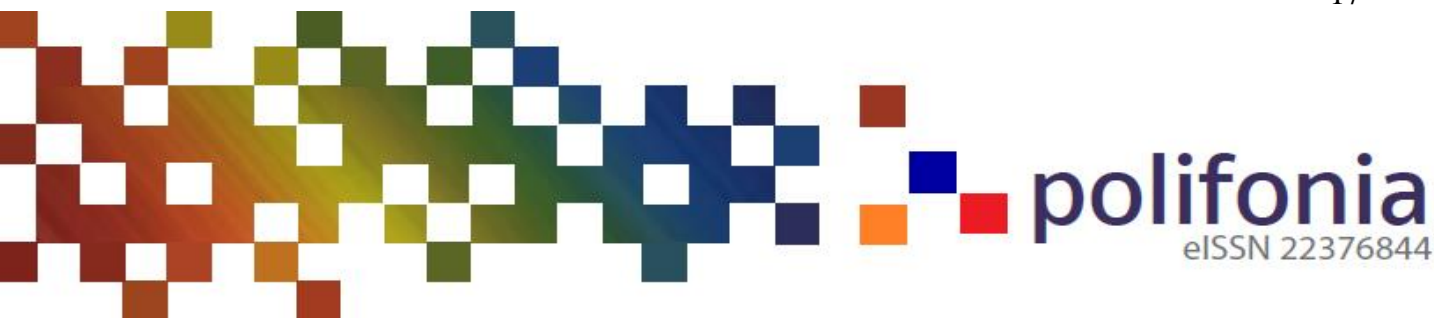
Considerando a típica relação colonial de escravidão em que a população negra chegou ao Brasil, assumo que a expressão reservada aos africanos, consignada nos *Vocabulários*, traduz-se por “*escravo negro*”. Como veremos, adiante, Anchieta corrobora essa tradução.

3. Os cronistas e os Tapuias

O tempo que sobeja do dia, gastam em jogos, cantos & bailes; & assim vão passando a vida, sem cuidado algum da eterna, ou conta alguma do bem ou do mal que fizeram. (VASCONCELLOS, 1668, p.148).

Hans Staden, mercenário alemão, foi o primeiro europeu a publicar uma narrativa de viagem ao Brasil, em 1557. Staden conviveu com os Carijó, em Santa Catarina (1549-1551), e posteriormente foi prisioneiro dos Tupinambá, no litoral norte paulista, por 7 meses (1554). Em seu relato, Staden anotou como os Tupiniquim referiam-se aos Tupinambá, ao norte deles: *tabaiaras*, “o que significa a mesma coisa que ‘inimigo’” (STADEN, 1999 [1557], p. 48). Preso entre os Tupinambá, soube que seus “inimigos mortais” eram os (também Tupi) *Maracaia*, ou seja, os Marakadjá, que outros cronistas referem como *Margaiá* (ver, por exemplo, STADEN, 1999 [1557], p. 121). Mas embora

⁷ Como esclareceu Edelweiss (1969, p.112-114), o *Vocabulário Português-Brasílico* é obra original de anotador franciscano, no Maranhão, por volta de 1700, certamente aproveitando de compêndios vocabulares anteriores.



refira a escravos Carijó (ora dele, ora dos Tupinambá), Staden não deixou registrada a palavra indígena para isso.⁸

Outro famoso relato de viagem ao Brasil, dos pioneiros, foi o de Jean de Léry, francês que veio para o Rio de Janeiro, permanecendo no Brasil entre 1557 e 1558. No seu relato da viagem, publicado somente 20 anos depois, Léry jamais emprega o termo *tapuia*. Dos Tupinambá, com os quais morou por quase um ano, ouviu referências, como inimigos, aos Margaiá e Karió, falantes de língua semelhante (Tupi), e aos Uetaká (*Goiatacá*), Uenã e Karajá, falantes de outras línguas (cf. LÉRY, 1980 [1578], p. 281).⁹

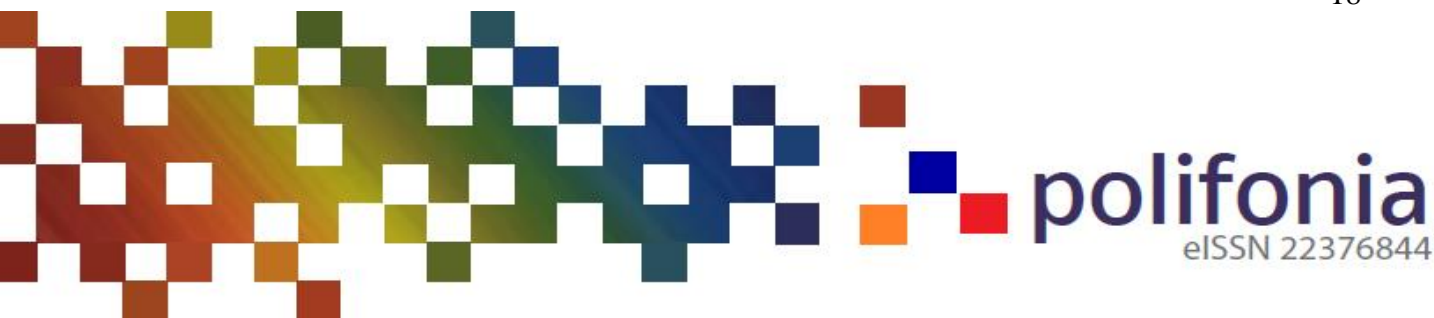
O que parece ser o primeiro registro do termo *Tapuia* na documentação do século XVI (à exceção, possivelmente, do *Vocabulário na Língua Brasileira*, de que já tratamos) ocorre em um escrito atribuído a José de Anchieta, datado de 1584. Ali se pode ler:

Todo este gentio desta costa, que também se derrama mais de 200 léguas pelo sertão, e os mesmos Carijós que pelo sertão chegam até às serras do Peru, têm uma mesma língua que é grandíssimo bem para sua conversão. Entre eles pelos matos há diversas nações de outros bárbaros de diversíssimas línguas a que estes Índios chamam *Tapuias*, que quer dizer escravos, porque todos os que não são de sua nação têm por tais e com todos têm guerra. Destes Tapuias foi antigamente povoada esta costa, como os índios afirmam e assim o mostram muitos nomes de muitos lugares que ficaram de suas línguas que ainda agora se usam; mas foram se recolhendo para os matos e muitos deles moram entre os índios da costa e do sertão (ANCHIETA, 1584, p. 302 – destaques meus).

Na respeitadíssima *Notícia do Brasil* – também publicada como *Tratado Descritivo do Brasil* – de 1587, Gabriel Soares de Souza escreveu que: “[O]s primeiros

⁸ Relatando sobre um Carijó fugido da escravidão pelos portugueses e vivendo há 3 anos entre os Tupinambá, Staden anotou: “[O]s selvagens não matam ninguém que se refugia entre eles, a não ser que este cometa um crime; em compensação, os refugiados são obrigados a servir-lhes como escravos” (STADEN, 1999 [1557], p.95).

⁹ Dois anos antes de Léry, passou pela Baía de Guanabara (então “França Antártica”), mas por pouquíssimo tempo, o frade francês André Thevet. Em seu livro sobre *As singularidades da França Antártica*, refere-se apenas aos “vizinhos” com os quais os Tupinambá viviam “em pé de guerra”: os Margaiás (*margageas*, no original) e os Tabajaras (THEVET, 1978 [1558], p. 123). Escrita na década de 1570 (mas só publicada no século XIX), a *História da Província Santa Cruz*, de Pedro Gândavo igualmente não emprega o termo *tapuia* (cf. GÂNDAVO, 1980 [1570-1579]). Do mesmo modo, os *Diálogos das grandezas do Brasil*, provavelmente do final do séc. XVI, por ser o autor morador em Pernambuco, só menciona os *Petiguares* e, a certa altura, os *Tabajara*, “seus capitais inimigos” (cf. DIÁLOGOS, 1977, p. 265).



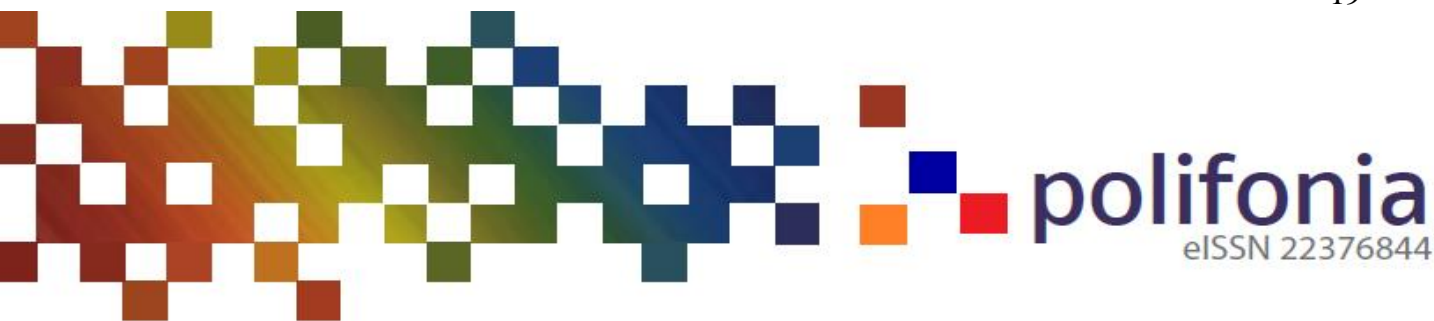
povoadores que viveram na Bahia de Todos os Santos e sua comarca, segundo as informações que se têm tomado dos índios muito antigos, foram os tapuias, que é uma casta de gentio muito antigo...” (SOUZA, 1974 [1587], p. 166).

É o mesmo Soares de Souza quem informa que “os tapuias são tantos e estão tão divididos em bandos, costumes e linguagem”, que descrevê-los todos não seria, então, possível. Restringe, por isso, seu relato, a informações daqueles que “vizinham com a Bahia” (SOUZA, 1974 [1587], p. 190). Os “mais chegados aos povoadores da Bahia” eram, então, os Maracás, “os quais são homens robustos e bem acondicionados, trazem o cabelo crescido até às orelhas e copado, e as mulheres os cabelos compridos atados detrás”. Também depilavam o corpo, “e trazem os beiços furados e pedras neles”. Seus cantos não têm palavras, mas sons de garganta, sendo que “prezam-se de grandes músicos, a quem o outro gentio folga muito de ouvir cantar”. São grandes corredores, muito rápidos, e muito bons para lutar em campo descoberto. Não comem carne humana, e se tomam prisioneiros em guerra, “servem-se deles como de seus escravos”. Os homens não vão à roça, mas as mulheres, e não plantam mandioca nem comem, mas apenas “legumes, que lhes as mulheres plantam”, em roçados feitos em mato grande, ao qual colocam fogo (Idem, p. 191).

Em direção Oeste, “pelo sertão da mesma Bahia”, porém a “oitenta léguas do mar, pouco mais ou menos, estão umas serras que se estendem por uma banda e para a outra,¹⁰ e para o sertão mais de duzentas léguas, tudo povoado de tapuias” contrários daqueles *Maracás* que descreveu anteriormente. Os tapuias dessa região, “todos falam, cantam e bailam de uma mesma feição, e têm os mesmos costumes no proceder de sua vida e gentilidade, com muito pouca diferença” (Idem, *ibidem*).¹¹

¹⁰ Entenda-se: para o Sul e para o Norte.

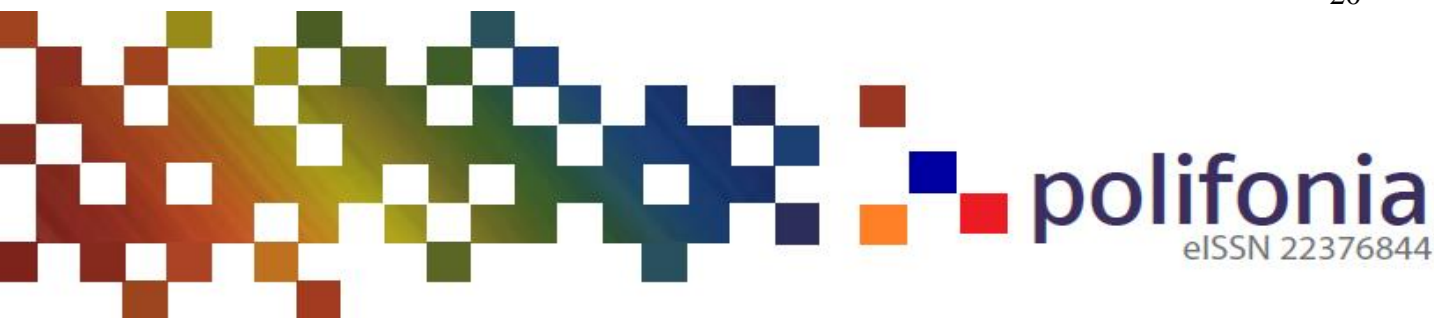
¹¹ A descrição geográfica e o panorama dos Tapuias resumido nessa passagem, à primeira vista, faz pensar no Planalto Central brasileiro e na (pouca) diversificação dos povos Jê, como deveria ser à época. Não descartemos que Soares esteja tratando, nesse trecho e sua sequência, de povos Jê, mas uma circunstância geográfica, que menciona a seguir, situa essa descrição na parte Leste do Rio São Francisco e, portanto, no Planalto Atlântico.



Segundo Soares (Idem, p. 192), “são estes tapuias grandes homens de fazer guerra”. Constroem, em suas aldeias, “casas bem tapadas pelas paredes, e armadas de pau a pique a seu modo” e, como os Tupinambás, “dormem em redes”. Não costumam plantar mandioca, “nem fazer lavouras senão de milho e outros legumes”, e “o mais do tempo se mantém com frutas silvestres e com caça, a que são muito afeiçoados”. Como os tapuias descritos antes, esses também são cantores, “trazem os beijos de baixo furados, e neles umas pedras verdes roliças e compridas” e pescam com “umas ervas como vides” que batem na água. Costumam também fazer sal, queimando uma serra de salitre que existe em sua região. Adiante deles, mais próximos do São Francisco, haveria outros tapuias “que estão com eles desavindos”, os quais “não vivem em casas, e fazem sua vivenda em furnas onde se recolhem”.

Igualmente valioso, pela riqueza de informações, é um trabalho do jesuíta Fernão Cardim a respeito dos indígenas do Brasil, escrito em 1584. Depois de nomear diversos grupos Tupi da Costa, informa que “há outras nações contrárias e inimigas destas, de diferentes línguas, que em nome geral se chamam *Tapuya*, e também entre si são contrárias [...]” (CARDIM, 1978 [1584], p. 123). Na sequência, nomeia “setenta e seis nações de Tapuias, que tem as mais delas diferentes línguas” (idem, p. 127), distribuídas ao longo do chamado Planalto Atlântico (e parte do litoral sudeste), vasta porção de território entre a planície costeira e o planalto central brasileiro.

Os primeiros que nomeia e descreve são os *Guaimurês* (Aimorés), dos quais informa que “tomam algumas oitenta léguas da costa, e para o sertão quanto querem”, em território “vizinho aos Tupinaquins”. Deles, Cardim afirma não terem roças, serem antropófagos, e, que em suas lutas, “usam de uns arcos muito grandes, trazem uns paus feitiços muito grossos para que, em chegando, logo quebrem as cabeças” (idem, p. 123). E conclui: “[E]les dão muito trabalho em Porto Seguro, Ilhéos e Camamu, e estas terras se vão despovoando por sua causa” (CARDIM, 1978 [1584], p. 123-124). Soares de Souza, citado anteriormente, informa a presença dos *Aimorés* desde o Rio de Contas (cerca de 150 km ao Sul do Recôncavo) – com muitas ribeiras propícias à colocação de



engenhos de cana, “os quais se deixam de fazer por respeito dos aimorés, pelo que não está povoado” – até, pelo menos, o Rio das Caravelas, cerca de 400 km ao Sul do Contas (SOUZA, 1974 [1587], p. 28-30).

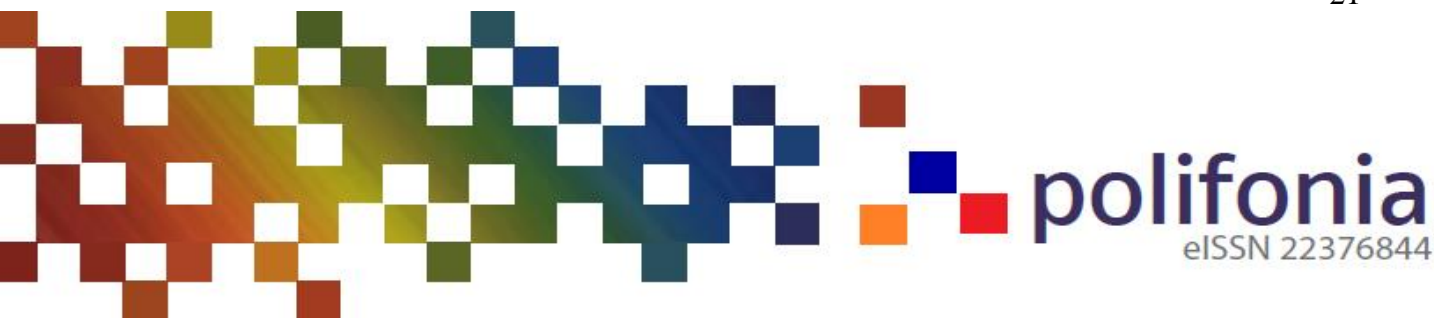
Um quase detalhe, a respeito dos *Guaimurês/Aimorés*, parece constituir uma marca das culturas Jê e Macro-Jê: “nem passam água, nem usam de embarcações” (CARDIM, op. cit., p. 123). Informação confirmada na obra de Soares de Souza: “[E]stes bárbaros não sabem nadar, e qualquer rio que se não passa a vau basta para defesa deles; mas para o passarem vão buscar o vau muitas léguas pelo rio acima” (SOUZA, op.cit., p. 31).

Alguns dos outros povos elencados por Cardim, merecem destaque: “Pahi: estes se vestem de pano de algodão muito tapado e grosso como rede, com este se cobrem como com saio, não tem mangas...” (CARDIM, 1978 [1584], p. 124). O próprio etnônimo já chama a atenção, por ser exatamente a forma registrada com o significado de “*chefe*” em algumas línguas Jê do Norte e Meridionais.¹² E a roupa descrita corresponde exatamente a uma roupa kaingang, produzida a partir de uma fibra vegetal rústica (cf. AMBROSETTI, 2006 [1894], p. 57-58).¹³ Aires de Casal refere vestimenta semelhante, de uso feminino, entre os Mongoió (cf. CASAL, 1976 [1817], p. 228). No próprio Cardim pode ser que a palavra algodão não signifique mais do que uma fibra vegetal, e não necessariamente a planta de algodão.

Obacoatiára, denominação dada por grupos Tupi, que se traduz por “rosto pintado”, e dos quais o jesuíta diz que “vivem em ilhas no Rio de São Francisco, têm casas como cafuas [= covas] debaixo do chão.” Igualmente viviam em covas ou casas

¹² Apãniekrá e Krahô = **pa?hi**; Apinajé = **pa?iti**; Xokleng = **pa?i**; Kaingang = **pã?i** (nos séculos XVIII e XIX, registrou-se **pahi**); Pykobiê = **pa?he**; Krêjê = **pãhê**.

¹³ Existe um registro iconográfico primoroso das peças tradicionais de vestuário kaingang, feito há dois séculos e meio, nos campos de Guarapuava (PR). Tratam-se de estampas realizadas por um dos soldados da expedição de Afonso Botelho Sampaio e Sousa àqueles campos (cf. SOUSA, 1962 [1774]), cuja descrição é a seguinte: “2. hum Índio com a camiza, e bordão [leia-se: borduna], como se vê, e poucos aparecião com esta fraca roupa”, e “3. huma Índia como propriamente costumão andar, com a sua tanga” (BELLUZZO et al., 2003, p. 92). A obra de Belluzzo et al. (2003) traz excelente reprodução dessas estampas (pp. 55-56), bem como de todas as demais 37, referentes àquela expedição.



subterrâneas, segundo a listagem, os *Cayuara* (“comedores de cajú”) e os *Guaranaguaçu* (CARDIM, 1978 [1584], p. 124). É conhecido o fato de que os Jê Meridionais, em tempo pretérito, fizeram uso extensivo de casas subterrâneas (cf. SCHMITZ, 2002; REIS, 2002; MILDER, 2005).

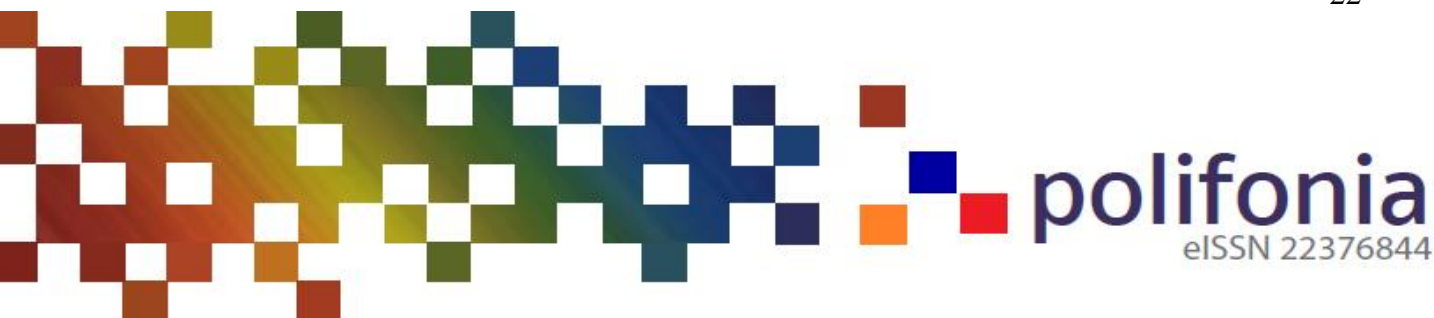
Igbigra-apuajara, os quais Batista Caetano, em notas de comentário, identifica como sendo *Ybyra-apyhara*, “os atiradores de pau”. Ao descrevê-los, Cardim registrou: “senhores de paus agudos, porque pelejam com paus tostados agudos, são valentes, comem gente, têm outra língua” (CARDIM, 1978 [1584], p. 125). A prática de guerra ali referida, bem como a denominação “atiradores de pau”, que grupos Tupi atribuíram a eles, por um lado, remete aos Cayapó do Sul, também apelidados de *Bilreiros* ou *Caceteiros*, por fazerem uso de uma borduna – cuja forma, aos portugueses lembrava o bilro –, a qual atiravam com destreza na cabeça dos inimigos (cf. CAMPOS, 1862, p. 437; ATAÍDES, 1998, p. 67-68; GIRALDIN, 1997, p. 55). Por outro lado, impossível não lembrar também, pela descrição de Cardim, de uma brincadeira-exercício, que era tradicional dos Kaingang, realizada à noite, e que envolvia cacetes de madeira acesos, que eram atirados por um grupo contra o outro.¹⁴

De vários dos nomeados, Cardim diz explicitamente que têm roças, implicando que os outros, dos quais isso não se afirma, não usavam de agricultura. De alguns, diz Cardim que “comem gente”, como os citados *Obacoatiára*, os *Guayó*, os *Cicú* e os *Pahajú*. De um conjunto deles, Cardim afirma usarem “flechas ervadas” (envenenadas): *Guayó*; *Cicú*; *Anacujú* e seus vizinhos *Jacurujú* e *Tapuuy*; *Taraguaig* e *Tipe*.

E cita ainda outros tantos, dos quais ainda destaco: *Guayaná*, *Guaytacá*, *Cariri*, *Parahió* (talvez Pataxó), *Pigrú*,¹⁵ *Igbigranupã* (os “bate pau”, outra referência ao uso de bordunas, em uma alcunha Tupi), *Cuxaré* (que “vivem no meio do campo do sertão”, sendo que o nome soa bastante próximo de palavras de línguas Jê) etc.

¹⁴ A brincadeira, *cangire*, foi registrada por Telêmaco Borba, que igualmente descreveu sua versão noturna, com uso de paus acesos: *pingire* (BORBA, 1908, p. 17-18). Val Floriana, em seu Dicionário, traduz *pinjire* por “divertimento do fogo” (VAL FLORIANA, 1920, p. 162).

¹⁵ Nome que soa semelhante a *pĩ gru*, em Kaingang, que significa “chama do fogo” ou “lenha acesa”.



4. O Nordeste Holandês

... no sertão havia tapuias e brasilianos ...
(ROULOX BARO, 1647)

*Entre os rios Otscunog, de Opone, Iavarug,
Beryvere, Vatepug e Ceará, há mais de sessenta léguas,
todas ocupadas pelos tapuias, chefiadas por diversos reis.*
(CLAUDE MORISOT, 1651)¹⁶

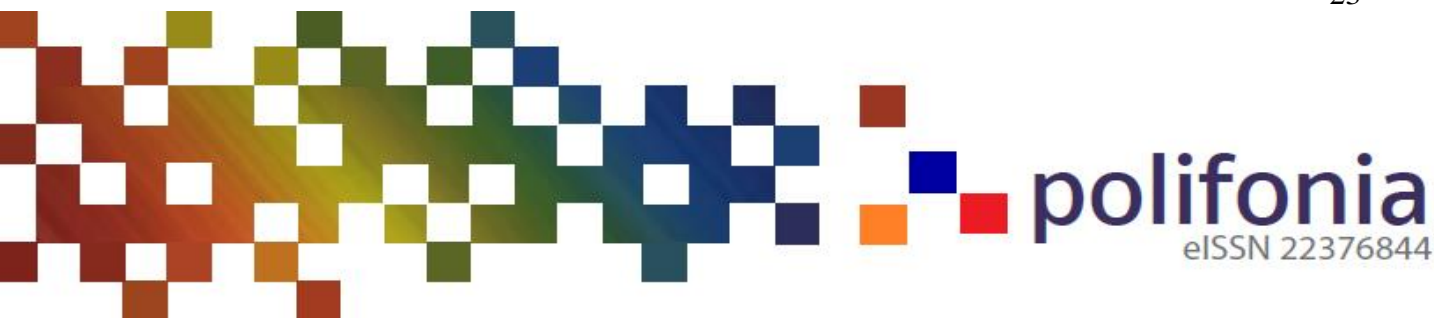
Roulox Baro veio da Europa para o Brasil, ainda criança, em 1617, e tornou-se intérprete nas relações dos holandeses com povos indígenas. Na valiosa *Relação da viagem ao país dos tapuias*, de Roulox Baro, escrita em holandês em 1647, o autor revela o amplo domínio de povos *tapuia* por vasta porção do Nordeste brasileiro: a viagem descrita no seu relato, o levou a 80 léguas da costa (ALBUQUERQUE, 2006, p. 70). Baro dirigiu-se à aldeia do grande “rei dos tapuias”, o legendário Janduí, chefe centenário, amigo dos holandeses, com ascendência sobre muitos outros grupos indígenas.

A viagem de Baro ao *país dos tapuias* o levou ao limite norte do Planalto da Borborema, planalto que, junto com as serras dos Cariris Novos e dos Cariris Velhos (respectivamente, a leste e a oeste daquele planalto), dominam o sertão nordestino, e constituíram território incontestado das nações tapuias. Viajando com a gente de Janduí, o intérprete dos holandeses presenciou rituais de antropofagia dos tapuias consumindo os ossos de seus parentes mortos,¹⁷ assistiu a cenas de perfuração labial e de orelhas em crianças e perfuração labial e de face em nubentes, e em dias seguidos,¹⁸ os viu “correr a

¹⁶ As epígrafes são citadas conforme a edição brasileira das editoras Itatiaia e EdUSP (ver, nas referências, BARO, 1979 e MORISOT, 1979).

¹⁷ Em uma das passagens, Baro registra o seguinte episódio: “[P]erguntei aos tapuias [...] quem os havia encarregado de ir buscar milho em meu nome, e eles me disseram querer concluir o luto de um de seus parentes que havia morrido e precisavam de milho para misturá-lo com a farinha e os ossos do morto pulverizados, a fim de comê-los.” E, adiante: “... aqueles que tinham ido à caça durante o período de repouso tomaram milho e ratos e imediatamente se puseram, com os seus companheiros, a pilar os ossos do morto, que misturaram com a farinha deste milho e, depois de misturado, comeram tudo” (BARO, 1979 [1647], p. 96).

¹⁸ Foi, de fato, um mês praticamente ininterrupto de corridas, entre fins de maio e final de junho (cf. BARO, 1979 [1647], p. 99; 100; 102; nota 47; p. 119; nota 44; p. 127, nota 72).



árvore”, isto é, comemorar a visita do amigo holandês com suas corridas de toras (tornadas notórias, no século XX, entre povos Jê Setentrionais).¹⁹

O panorama cultural dos *tapuias* visitados pelo intérprete holandês revela, no mínimo, um contexto de forte contato cultural. É verdade que esses *tapuias* dormiam no chão, e não em redes como os Tupinambás (o que se revela por um episódio em que o chefe Janduí vai descansar) (BARO, 1979 [1647], p. 98), mas eles plantavam, além de “milho [...], ervilhas e favas”,²⁰ também a mandioca brava, com que faziam farinha (Idem, p. 97, p. 100) e fumo, empregado em rituais, inclusive de adivinhação, e fumado em cachimbo (Idem, p. 99, p. 100-101, p. 105-106). Baro registrou, ainda, a fabricação e uso de bebida fermentada à base de milho, e à base de milho e mel silvestre, ou composta de mel silvestre e frutas (Idem, p. 94, p. 103, p. 107). Infelizmente, da(s) língua(s) tapuia o intérprete não deixou registro e os muitos nomes de pessoas e lugares, presentes no relato, são de tal modo estropiados que parecem exigir um trabalho de Champollion, sem pedra de roseta.²¹ Mas chama a atenção o nome indígena, Janduí, do famoso chefe: um nome Tupi (*nhandu'i* ?). Soma-se a isso o nome de seu filho: Muroti (*morotĩ* ?), e ainda a circunstância, registrada em um momento da viagem, em que Janduí concede audiência a dois chefes de *brasilianos* das margens do Potengi, que vão a ele pedir justiça para um caso de assassinato envolvendo dois igualmente *brasilianos* (BARO, 1979 [1647], p. 102).

¹⁹ Uma nota interessante, sobre as corridas de toras dos tapuias de Janduí, é que mereciam mesmo o título adotado por Baro, de “correr a árvore”, uma vez que os troncos usados nela contavam “mais de vinte pés de comprimento”. E outra curiosidade é que não se tratava apenas de disputar pela chegada em um ponto determinado, mas se tratava de, com a tora aos ombros, correr atrás de ratos previamente caçados para o “esporte”, os quais os competidores buscavam acertar com os pés (cf. BARO, 1979 [1647], p. 99). A propósito, ainda, das corridas de toras, quando escreveu sua monografia sobre os Timbira, Curt Nimuendajú relacionou 21 povos e lugares, no Brasil, onde ela foi observada (conforme registros entre 1627 e 1937). Um mapa, baseado naquele levantamento, ilustra o artigo dele republicado na revista *Mana* (cf. NIMUENDAJÚ, 2001, p. 173-174).

²⁰ Certamente feijões e, talvez, amendoim (cf. BARO, 1979 [1647], p. 94).

²¹ Alguns nomes de indígenas (pessoas ou grupos): Vvioauin, Vvarrivvuaire, Vvanjupu, Paicu, Vvaiupu, Iacuruiú. Topônimos: rio Vvuvvug, montanha Vvhu, Vvahy (aldeia ou região). A tradutora da publicação brasileira refere o fato de que “o V, na edição setecentista, muitas vezes está em lugar do U” (RODRIGUES, 1979, p. 13). Porém, algo sugere que, nos encontros Vv que se observam nos nomes acima, pode estar envolvida a vogal “y”, da ortografia de muitas línguas indígenas (ou seja, uma vogal dorsal alta não-arredondada).

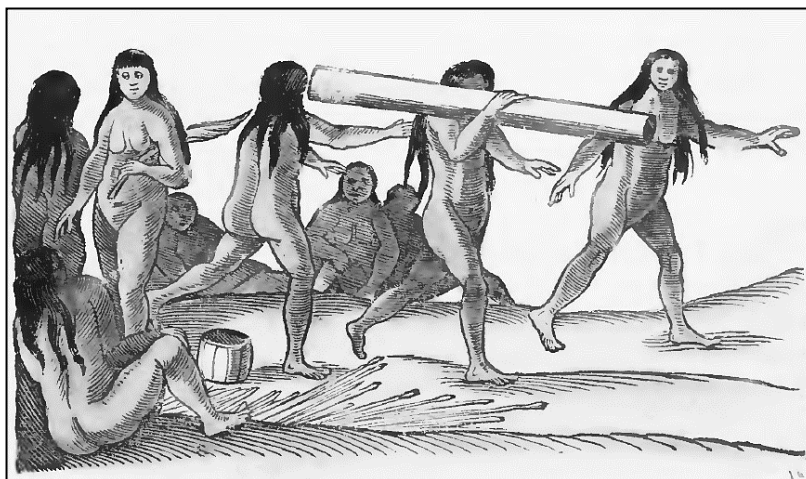


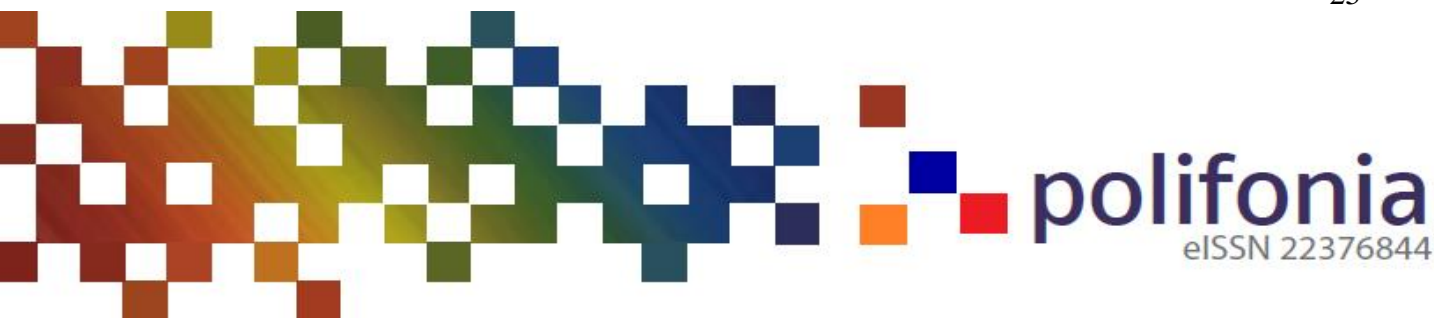
Figura 1. Primeiro registro iconográfico da corrida de toras (MARCGRAVE & PISO, 1648, p.280)

Um contemporâneo de Baro, o naturalista Jorge Marcgrave (ou George Marcgraf) com base em outro intérprete holandês, Jacob Rabbi, também registrou as corridas de tora (sua obra traz a primeira representação iconográfica delas) (Figura 1) e a prática do “retiro” para as grandes celebrações, prática esta que persiste no Nordeste, entre povos classificados como Macro-Jê:

Venceram (*sic*) principalmente o nascimento do sete-estrela²² e aquelas estrelas adoram em lugar de divindade, cantando e conduzindo danças; particularmente no lugar para isso destinado, além de quarenta e cinco horas de jornada desde o [rio] Otschunoch, e onde vão acampar quando os frutos das florestas e dos campos na maior parte já estão maduros (MARCGRAVE, 1942 [1648], p. 282).

Marcgrave dedicou dez capítulos de sua *História Natural do Brasil* aos indígenas, e dois deles especificamente aos *Tapuias* (ou, como ele preferiu registrar: *Tapuiya*). A parte maior de sua descrição tem origem no intérprete holandês Jacob Rabbi, que descreve o cotidiano da aldeia do já mencionado chefe Janduí. Destaco a informação sobre os

²² A palavra correta, no início do parágrafo, é “*Veneram*”, como se constata da leitura do original, cuja frase correspondente começa por: *Imprimis venerantur Pleiadum exortum...* A propósito, “Sete Estrela” ou “Sete Estrelas” são nomes populares, no Norte do Brasil, para designar as Plêiades.



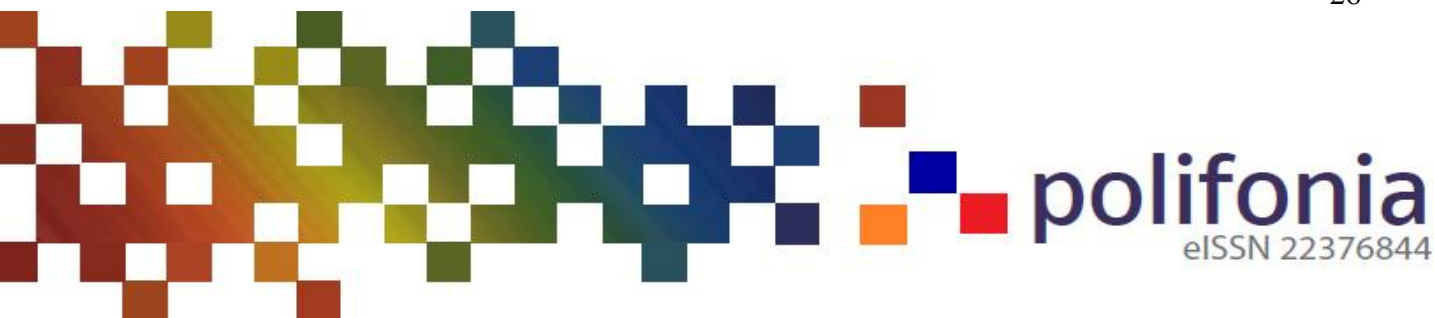
cultivares dos *Tapuias*, onde chama a atenção o fato de não se fazer menção à mandioca ou à macaxeira:

... principalmente, porém, plantam o maior milho ou ‘Maizium’, vários legumes e abóboras em forma de bilha.²³ Antes que lancem as sementes à terra, o solo é percorrido pelos advinhos e profetas deles do Oriente ao Ocidente; e as sementes são aquecidas com fumo de tabaco, isto aconselham ser bom para a fecundidade (MARCGRAVE, 1942 [1648], p. 282).

Na descrição dos *brasileiros* ou *brasilianos* (no original, *Brasiliensium*), povos falantes de língua Tupi, vez ou outra Marcgrave agrega informações sobre os *Tapuias*. Destaco uma, no tópico que trata da religião dos Tupi, onde acrescenta: “[O]s Tapuias até agora são os piores de todos os restantes, nada sabem de Deus, nem querem ser instruídos. Respeitam excessivamente o Diabo para que não leve dano a eles próprios. E têm os advinhos dos quais se servem...” (MARCGRAVE, 1942 [1648], p. 279). Essa passagem coloca, em alguma medida, os referidos *Tapuias* bem “distantes” dos *brasilianos/Tupis* da mesma região. Em outra, tratando das bebidas dos indígenas (dos *brasilianos*, o autor descreve nove fermentados), acrescenta um detalhe, que situa os Cariri entre os *Tapuia*: “[O]s tapuias, quando preparam esta bebedeira, quer *Acauí* quer *Aiipiî* (isto é, os que moram nas aldeias e são denominados Cariri, do gênero dos tapuias) fazem-no todos juntamente” (Idem, p. 274).

O padre Simão de Vasconcellos – contemporâneo, mas sem qualquer ligação ou relação com os intérpretes holandeses –, nas suas *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil* (1668), chega a estimar um número de povos incluídos pelos jesuítas na categoria de *tapuias*: “[S]ão também singulares na fala: porque se afirma terem perto de cem línguas diversas. E na mesma maneira, excedem em número de gente, que alguns tiveram por maior que o de toda a Europa junto.” (VASCONCELLOS, 1668, p.150 – destaques meus).

²³ No original de 1648, *cucurbitas lagenæformes*, que podem ser efetivamente cabaças ou porongos.



Esclarece, porém, que *Tapuya* não é propriamente uma nação (como *Tupinambás* ou *Amoipiras*), mas uma das três grandes divisões que ele próprio sugeriu para agrupamento das muitas e diferentes nações:²⁴

Tapuya não é nome propriamente de nação, é só de divisão; & vale tanto como dizer, *contrário*; porque era o mesmo ver qualquer outra nação um Tapuya, que ver um inimigo declarado, por nome e efeito; porque como a nação dos Tapuyas é gente atreçoada, & tragadora, que igualmente anda à caça de gente, & das feras, pera pasto de gula; a todas as outras tinham feito insultos, quer no secreto, quer no público, & por isso era tida de todos por inimiga, & como tal chamada Tapuya: a saber, nação contrária (VASCONCELOS, 1668, p. 156-157).

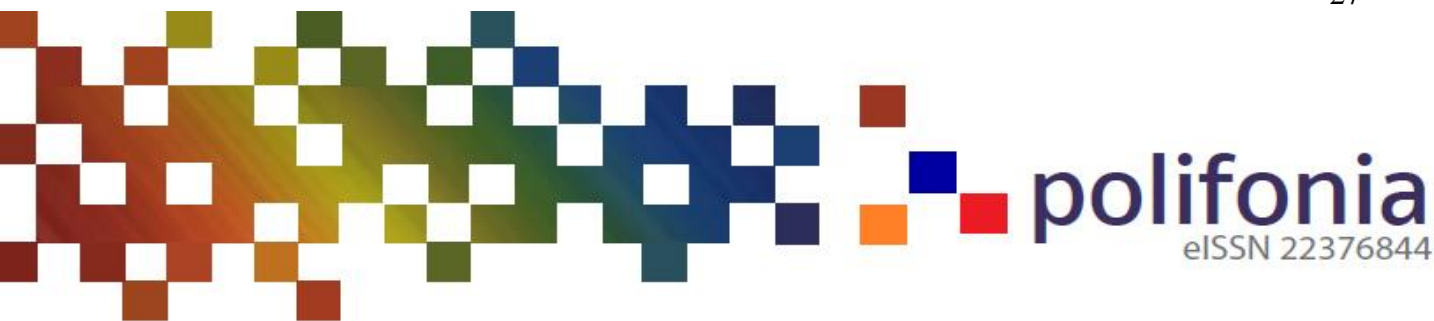
Antes de concluir esta seção, permito-me um salto ao século XIX, apenas para registrar que, na Amazônia daquele século, a população de origem indígena, porém miscigenada e sem identidade étnica específica, recebia a denominação genérica de *tapuios*.²⁵ Os tapuios eram o resultado do longo processo de escravização, catequização e exploração da mão de obra indígena²⁶ na calha do Amazonas e seus principais afluentes, baseado nas missões e aldeamentos oficiais, alimentados regularmente por novos contingentes de famílias indígenas arrebatadas de suas terras pelos famigerados “descimentos”. Vale registrar, também, que em uma obra clássica do início do século XIX, a *Corografia Brasileira*, do Padre Aires de Casal (1817), não se emprega mais o termo *Tapuia*, mas em cada província descrita o autor declina os nomes das etnias ali conhecidas.

5. Lições dos registros

²⁴ As três divisões estabelecidas pelo Pe. Simões de Vasconcelos (1668, p. 152-153) são: o principal conjunto de uma categoria genérica de *índios mansos*, que ocorrem ordinariamente na Costa do Brasil e falam a língua comum “de que compôs a Arte Universal o Padre Ioseph de Anchieta”. Goyanás, “índios que também se contam entre os mansos; mas diferente língua” (os situa no Sul, acima dos Carijós, mas também pelo “sertão adentro”, especialmente pelo Rio das Amazonas). *Tapuyas*.

²⁵ “No processo de extermínio da população indígena da Amazônia, o setor mais duramente atingido foi a massa de índios destruídos e deculturados, os **tapuios**, cuja proximidade da população regional não lhes permitia o espaço necessário ao refúgio e à sobrevivência” (MOREIRA NETO, 1988, p. 16).

²⁶ Nos séculos XVII a XIX, na Amazônia, essas três expressões se equivaliam, do ponto de vista indígena: escravização, catequização e exploração da mão de obra.



... os Tupis das diferentes tribos aplicaram este nome [tapuia]
 não somente aos outros bárbaros de raça diferente,
 mas também a si mesmos.
 (C. Frederico Hartt, *apud* EDELWEISS, 1947, p. 34).

O contato com essa documentação e registros quinhentistas a setecentistas nos permite avançar pelo menos três conclusões:

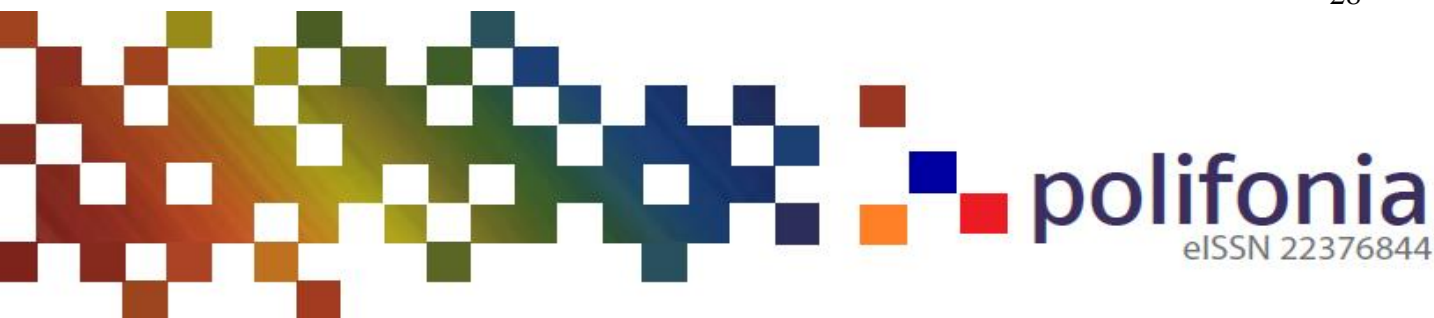
1. Algum conhecimento, ainda que eventualmente superficial, sobre populações Macro- Jê, comparece já no primeiro século da ocupação europeia no Brasil.

2. Ainda que o registro referente a línguas Macro-Jê, quando existente, seja praticamente inútil no primeiro século e meio de colonização do Brasil, informações geográficas e, principalmente, culturais, dão pistas consistentes para identificação de diversas populações seguramente associadas àquele tronco linguístico.²⁷ Em alguns casos, podem até mesmo orientar novas pesquisas históricas e, principalmente, arqueológicas.

3. A atribuição do rótulo *tapuia* – genérico e calcado especialmente no contraste com as populações de língua Tupi (sempre em favor destas e em depreciação daquelas)²⁸ – não é garantia de filiação de qualquer população indígena ao tronco linguístico Macro-Jê. Porém, como tudo o que se faz em qualquer campo de conhecimento, constituiu uma primeira aproximação para um agrupamento de base linguística e cultural de muitos povos e famílias linguísticas que não correspondiam aos bem conhecidos povos Tupi.

²⁷ Escreveu Maybury-Lewis (2014 [1965], p. 18), referindo-se aos registros dos holandeses sobre povos indígenas do Nordeste brasileiro: “declaram que os Tapuya eram um povo nômade que vivia da caça e da coleta de raízes e mel silvestre, que construíam abrigos rústicos e temporários para morarem e que se divertiam com disputas, tais como corridas, lutas ou corridas carregando troncos sobre os ombros (Barlæi, 1647; Marcgrave, ...[1648]). A descrição de Marcgrave acerca da corrida de tora e das mudanças de acampamento poderia muito bem ter sido baseada em observações contemporâneas de uma tribo como a Xavante.”

²⁸ “Infelizmente, é difícil estabelecer exatamente a quem se referia o termo Tapuya. Autores (...) como Fernão Cardim (...[1584]), Soares de Souza (...[1587]) e Vasconcellos (1865) o aplicaram a uma variedade heterogênea de tribos que tinham somente uma coisa em comum: o fato de não serem Tupi” (MAYBURY-LEWIS, 2014 [1965], p. 17).



4. Mesmo as classificações genéticas científicas (isto é, aquelas que se abrigam no campo da Linguística Histórica) não são totalmente imunes aos preconceitos negativos e positivos que podem derivar daquela tradicional classificação dicotômica (Tupis e Tapuias), que já fez sucesso em bancos escolares.

5. Os Gê e Crens de Martius

Terá sido Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), em meados do século XIX, quem primeiro intuiu e propôs um agrupamento genético Gê.

...nós nos apegamos ao pressuposto de que em Goyaz prevalece uma nacionalidade que, embora diferente em linguagem e costumes, seria derivada de uma raiz comum. E não apenas em Goyaz, mas também no Piauí, Maranhão e Pará continuam vivendo índios da mesma descendência. Nas regiões ocidentais de Minas, Bahia e Pernambuco, os colonos que aí penetraram há dois séculos encontraram fracos bandos nômades, como o Chicriabas (Chacriabas), Acroas (Acrayas, Aruãs, Acruazes), os Goguês (Gueguês), Geicó (Jahycos, Jaicós), que pertenciam à mesma nacionalidade. Assim, parece que em toda a grande bacia do Tocantins, em seus dois poderosos formadores principais, de 18 até 5 graus Sul, e em direção a Noroeste e Norte, nas áreas adjacentes do Piauí e Maranhão, a referida nacionalidade é predominante. Pelo seu meio, no entanto, vivem atualmente várias hordas estranhas a ela, como as já mencionadas: Apicás, Ababa e outras, da tribo dos povos Tupi; o Carajás ou Carajahis, entre outras.

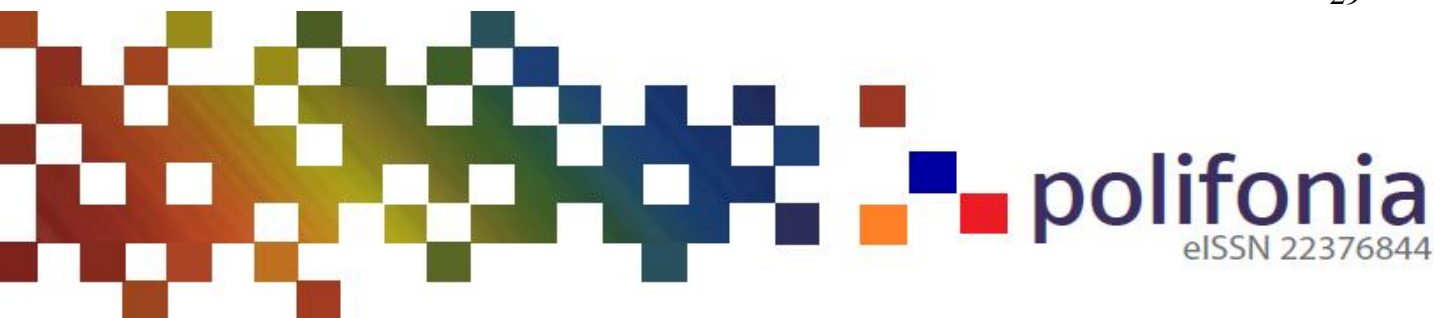
A tradição de uma origem comum dessa grande família parece tão perdida quanto a dos Tupis. Eles não se chamam, em sua totalidade, de um nome nacional, de modo que me parece necessário selecionar um dentre a multidão com a qual os membros do todo são chamados. (MARTIUS, 1867, p. 256).²⁹

Na sequência, Martius apresenta uma lista comparativa de 12 palavras³⁰ nas seguintes línguas: *Cayapós*, *Cherentes*, *Chavantes*, *Geicôs*, *Chicriabás*, *Apinagês*, *Acroa-mirim*, *Macame-Crans* ou *Carahos*, *Masacará*. Depois do que, o naturalista concluiu:

Todas essas tribos ou hordas mencionadas acima, vamos chamar de povo dos Gês (Gêz, pronuncia-se *Schehs*), porque essa denominação é mais frequentemente ouvida, especialmente na região norte, e no sentido de uma certa uniformidade. (MARTIUS, 1867, p. 258).

²⁹ Nesta e nas demais citações de obras estrangeiras, a tradução é minha.

³⁰ As palavras são: sol, lua, estrelas, homem, mulher, cabeça, cabelo, olho, boca, peito, braço, mão.



Sua ideia de família Gê, no entanto, expandia-se abarcando algo muito além até mesmo do que hoje muitos tomam como configuração do tronco Macro-Jê. Em uma carta de 1861 ou 1862, dirigida ao Primeiro Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB), Martius escreveu:³¹

...os outros Tupis chegarão por sucessivas migrações até ~~as ora~~ a costa do Atlântico, aonde acharam tribos mais fracas [,] de cultura inferior. (Trogloditas, como os Goitacazes), não dormindo em rede (como os Aimorés ou Botocudos) [,] e um grande povo ~~ne~~ que nomeio os Ges, dividido em muitas tribos. Estes Ges ocupavam [,] no tempo da conquista [,] major [sic] parte do Continente do Brasil e foram lançados pela organização militar dos Tupis verso loueste [sic].³² Por esta razão [,] os Tupis os apelavam Tapuyas, que não se diz Bárbaro, mas os moradores do verso loueste [sic].

... destes Ges ou s.d. Tapuya (na qual palavra se compreende³³ também muitas outras tribos, principalmente dos Coco ou Guek) foram lançados muito longe: os Tecunas no alto Amazonas pertencem ao mesmo povo.³³

Como indica a lista comparativa de palavras, acima referida, e como se verá, logo a seguir, o ponto de partida de Martius foi mesmo uma proximidade observada em um conjunto de línguas primordialmente Jê. Mas como a citação acima revela, o impulso de associação com *Tapuya* o leva a ir mais longe (chegando mesmo aos Tikunas). Retomemos, porém, as associações que levaram Martius aos “Gê”.

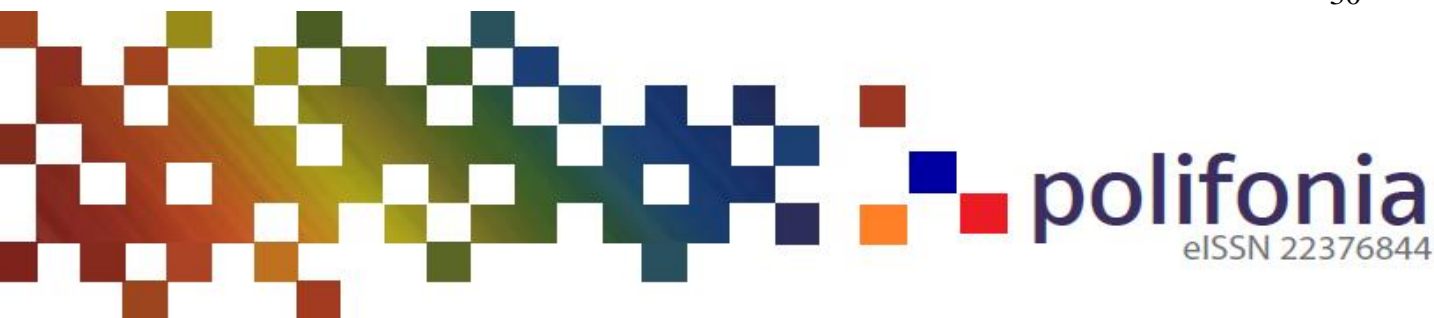
Consultando os registros sobre populações indígenas brasileiras, especialmente nas publicações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Martius destacou a grande concentração de povos que podiam ser associados por seus nomes próprios, no Maranhão e suas proximidades.

Uma população indígena muito numerosa vive no extremo norte de Goiás e no oeste do Maranhão, região que só foi aberta ainda neste século, pela escassa imigração. O Major Francisco de Paula Ribeiro, que a conheceu em numerosas investidas contra ela ou para proteger os colonos, estimou-a em oitenta mil cabeças em 1819. Este número considerável pertence, ao menos na sua grande

³¹ Copia-se aqui trecho do rascunho da carta de Martius ao Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, publicada em Diener e Costa (2012, p. 380). Os grifos e trechos tachados para exclusão são do autor; as inserções entre colchetes são dos organizadores da obra.

³² *verso l'Ouest*, do italiano: na direção do Oeste. (WRD).

³³ NdA: “Os Guek são muitíssimo espalhados e encerram hordas numerosas. A eles pertencem os antigos Cayriri [Cariri] e Tabujas (...) os Pimenteiras – e verso loueste os Maxorunas e Jaren-avó (...) vel Caripuna (...) verso o Norte os Maranhas, Macusi, Manáo, Baré, Uainuma, Furi, Passé, Cauixana, Tariana e muitos outros.”



maioria, ao povo do Gês. Certamente, vários fatos tornam provável que aqui também várias misturas tenham ocorrido, tanto com os Tupis, anteriormente assentados na costa, quanto com os tapuyos, que haviam sido expulsos para o interior desde a ocupação holandesa das províncias mais orientais. Mas a nacionalidade dos Gês mantém uma grande preponderância, e em nenhuma parte do Brasil pode-se encontrar tal densidade de parentesco indígena. A consequência natural disso foi que as famílias que inicialmente estavam próximas, se uniram se aproximaram mais, separando-se das outras, em grupos distintos, sem, no entanto, perder completamente a experiência de descendência comum. Consequentemente, se em algum lugar do Brasil pode-se falar de um agrupamento de índios análogo aos clãs da Alta Escócia, é aqui.

A prova disso é dada, particularmente, pelos nomes pelos quais eles se designam. Ao nome geral ou nacional dos Gês, acrescentam outro nome para uma determinação mais precisa, que deve ser tirado do pai, do líder ou de uma determinada localidade; ou eles formam os nomes de seus clãs com a adição da palavra *Cra*, *Icra*, *Cran* (pronuncia-se: Crêng). Esse elemento de composição às vezes é traduzido por “cabeça”, e às vezes por “filho”. A última interpretação é a mais provável, porque em alguns dialetos da língua Gê o filho é chamado *Icra*, e os clãs de *Crans*; eles vivem nos territórios mais ao norte, mas toda a movimentação dos povos Gês sem dúvida ocorreu de sul para norte (e leste), de modo que os “filhos” devem ser considerados como as últimas partes separadas da linha paterna. (MARTIUS, 1867, p. 282-284 – tradução minha).

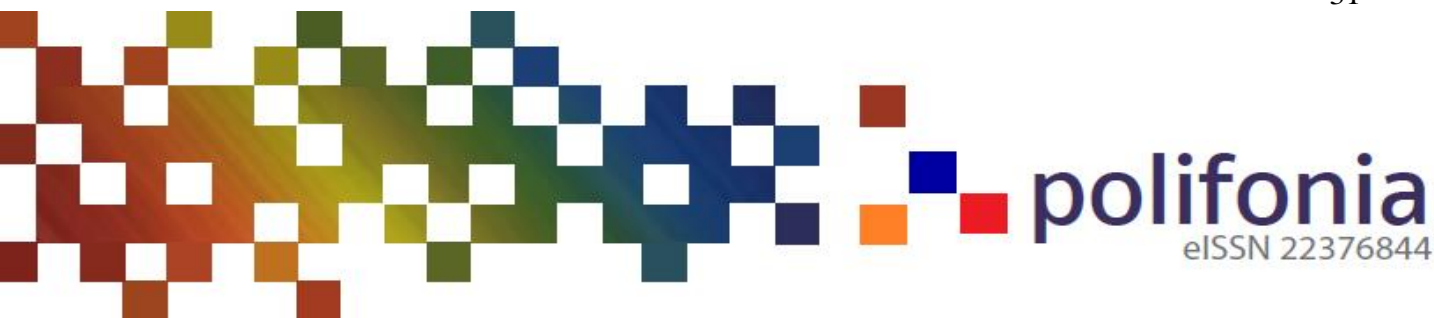
Sua relação de “Gês” e “Crans”, associados à família linguística que ele, de modo pioneiro, identificou, é apresentada como abaixo, na mesma obra:³⁴

Apina- (Oppina-)Gês	Aponegi- (Ponegi-) Crans
Piocob- (Paicob-, Paicab-) Payco-Gês	Pio-came-Crans
Man-acob-Gês	Ma-came-Crans
Pon-cata- (Pon-catu-) Gês	Poni-Crans
Can-aquet-(Cana-cata-) Gês	Xo-came- (Jo-came-) Crans
Ao- (Au-, Au-gut-) Gês	Capié- Crans
Noro-gua- (Norocoa, Noroca-) Gês	Pore- (Pure-) Pone-
came-Crans Gua-pinda-Gês (Guapindayás)	Para-gramma- Crans
Cricata- (Crecate-, Catu-recate-) Gês	Corrume-Crans
Irico-Gês (também Ca-pepuxis)	Crure - came - Crans
Uton-Gês	(MARTIUS, 1867, p.284) ³⁵

³⁴ Para conhecer a trajetória e as influências sobre Martius no campo da Linguística, veja-se Diener e Costa (2018), capítulo 5: *Pelas trilhas da Etnografia e da Linguística*.

³⁵ A listagem de Martius vai repetida nesta nota, adotando as convenções comuns de escrita de etnônimos indígenas. Nomes reconhecíveis (ainda correntes) são alterados para a forma atual, e colocados em itálico. As associações sugeridas por Martius, dos clãs (*Crans*) à direita, com Jê (*Gês*) à esquerda, parecem apenas um palpite com base em sílabas ou letras em comum (ex: Pon-cata-Gê > Poni-Crans).

<i>Apinajê</i>	<i>Apãniekrá</i>	Norokwajê	Ponekamekrá
<i>Pykobjê</i>	Piokamekrá	Guapindajê	Paragramakrá
Manakobjê	Makamekrá	<i>Křikatejê</i>	Kohumekrá
<i>Parkatejê</i>	Ponikrá	Irikojê (ou Kapepuxi)	Krurekamekrá



Adiante, tratando dos povos do Leste do país, Martius os classifica em quatro dos seus agrupamentos, agregando então mais algumas línguas aos *Crens* e aos *Gês*:

I. Nationalidade dos Goyatacás: 1. Coropös, 2. Paraibas, 3. Cachinês; 4. Canarins, 5. Maxacarís, 6. Capochós, 7. Cumanachós, 8. Patachös, 9. Panhames, 10. Macunis, 11. Monoxós.

II. Nationalidade dos Crens: 12. Botocudos, anteriormente conhecidos por Aymorés, 13. Puris, 14. Coroados, 15. Malalis, 16. Ararys, 17. Xumetós, 18. Pittás.

III. Nationalidade dos Gês: 19. Camacans, 20. Mongoyós, 21. Meniens, 22. Catathoys, 23. Cotoxós.

IV. 24. Kiriris e 25. Sabujás (MARTIUS, 1867, p. 306 – tradução minha)

Certamente a “amplitude genética” concebida para Gê foi o que causou a crítica de Paul Rivet (1924):

Essa família, de todas as famílias da América do Sul, é a mais artificialmente constituída. São os *caput mortuum* [restos inúteis] da linguística Sul Americana. Sua revisão cuidadosa e completa, em bases verdadeiramente científicas, é imperativa. (RIVET, 1924 *apud* MASON, 1950, p. 287).

6. Os Macro-Jês

O formidável compêndio dirigido pelo antropólogo Julian Steward, nas décadas de 1940 e 1950, o *Handbook of South American Indians*, teve a quinta parte do seu volume VI dedicada às *línguas dos índios da América do Sul*, um trabalho assinado pelo antropólogo e linguista John Alden Mason (1885-1967).

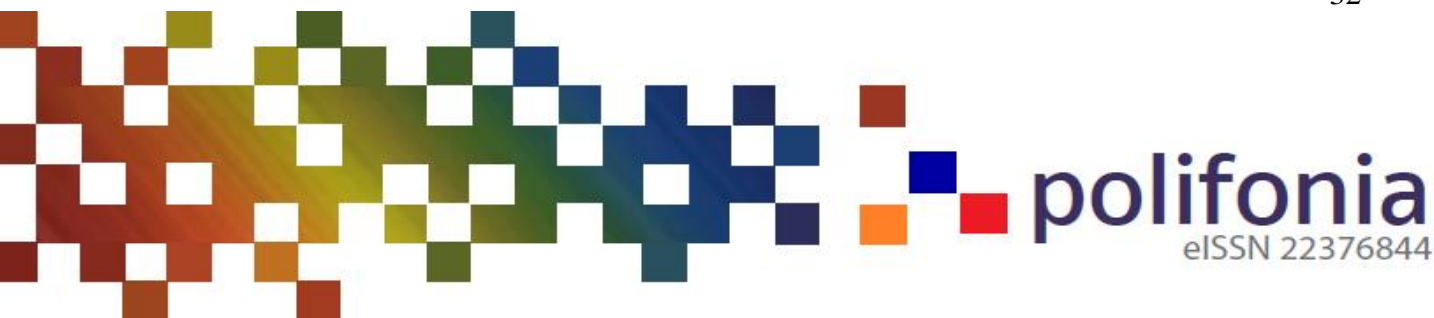
Mason (1950) dedica à proposição do tronco Macro-Jê, da página 287 a 299, do seu estudo acima referido. A seção inicia-se exatamente por estas palavras:

Macro-Jê é um termo proposto aqui por primeira vez como um equivalente para família ou ramo Jê ou Tapuya, como constituído até anos recentes, sinônimo de Ze, de Rivet (1924a), e Ges-Tapuya, de W. Schmidt (1926). Como concebido aqui, ele consiste dos Jê e outras oito famílias, troncos ou línguas anteriormente consideradas como membros de uma grande família Jê, que

Kanaketjê
Augutjê

Xokamekrá
Capiékrá

Uton-jê



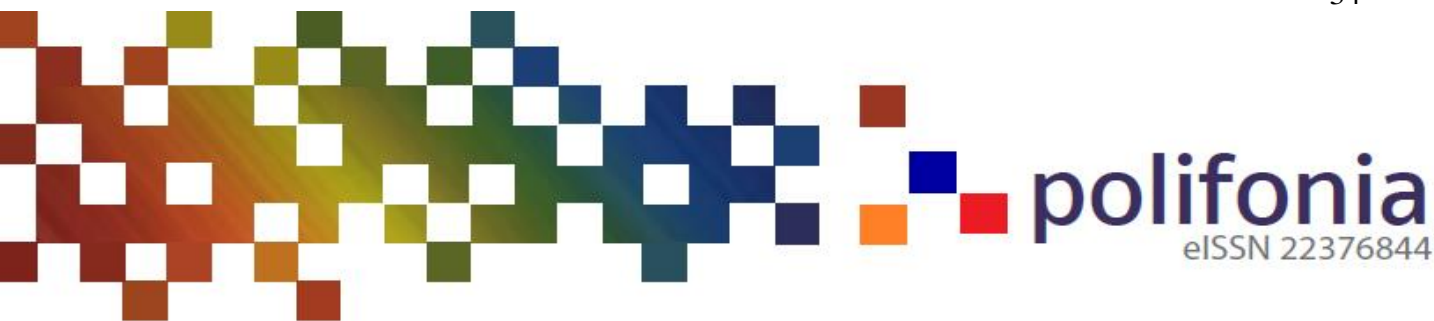
algumas autoridades recentes sugerem como independentes. (MASON, 1950, p. 287).

A proposta de Mason (1950, p. 288) para Macro-Jê agrupa nove ramos ou famílias (empregando aqui a formas atualmente usuais): (1) Jê; (2) Kaingang; (3) Kamakã; (4) Maxakali; (5) Puri; (6) Pataxó; (7) Malali; (8) Coropó; (9) Botocudo. Segundo Mason (ibidem):

Aparentemente todos os grupos Macro-Jê foram designados “Tapuya” (inimigos) pelos Tupi, e esse nome foi antigamente empregado como sinônimo de Jê. (...) Evidência somatológica e cultural sugere que eles estavam entre os mais autóctones de todos os nativos sul-americanos; de tal modo que é improvável que quaisquer conexões sejam encontradas com outras grandes famílias ou filios (MASON 1950, p. 288).

Depois de Mason (1950), tudo o que se tem feito, a respeito, são propostas de inclusão e exclusão do tronco; quase sempre, as propostas de inclusão são as que agregam dados novos ou, até então, pouco analisados, confrontando com línguas já “pacificadas” no mesmo tronco, ou com as reconstruções já existentes para um Proto-Jê ou um Proto-Macro-Jê.

Apresento, na forma de um quadro sinótico (na página seguinte), as principais propostas de agrupamentos envolvendo Jê expandido e Macro-Jê, a partir de Loukotka na década de 1930. As obras agrupadas no quadro comparecem nas referências bibliográficas que completam o artigo.

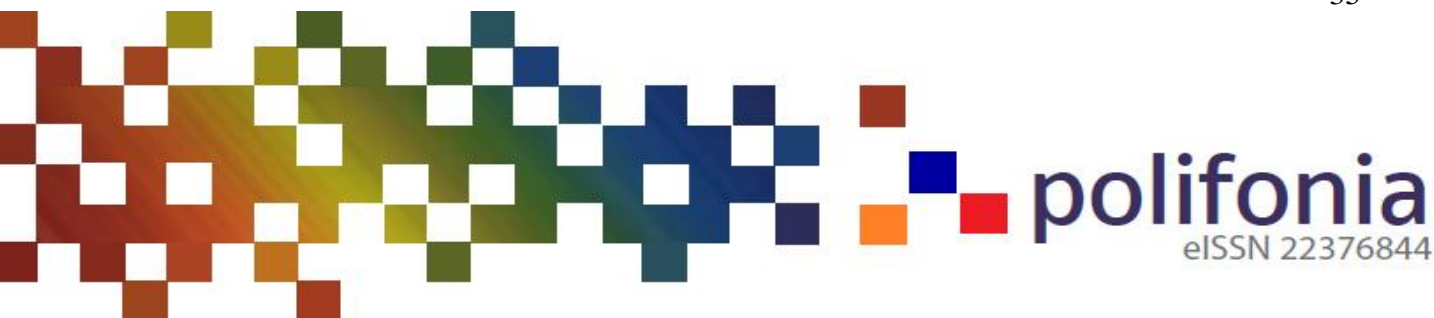


A motivação inicial do presente texto havia sido uma questão que me coloquei: qualquer graduando do segundo ano de Letras ou Linguística já sabe criticar a surrada fórmula escolar, segundo a qual “os índios, no Brasil, se dividiam em Tupis e Tapuias”, condenando-a como um simplismo grosseiro e equivocado. Mas – me coloquei a pergunta – um pós-graduado em Linguística, mesmo aquele que se voltou à área de línguas indígenas, sabe quem ou quais foram os *Tapuias*? Que imagem terá retido, deles, no saldo de memória dos ensinamentos escolares?

Pensei, por isso, que seria útil compendiar os *antecedentes* dos Macro-Jê. Por esse motivo, este artigo iniciou-se e priorizou um panorama do mais relevante que se registrou sob a denominação *Tapuias*. Na sequência, quis destacar qual foi o passo decisivo, já sob a inspiração da Linguística Comparativa do séc. XIX, para o avanço do conhecimento sobre as línguas indígenas no Brasil e seus percursos históricos: a obra de Karl von Martius, particularmente no que respeita às línguas Jê e Macro-Jê.

Finalmente, a modo de simples quadro sinótico, resumi as idas e vindas que compuseram o atual entendimento sobre o tronco Macro-Jê e sua configuração (em todo caso, não de todo pacífica). Esse é o quadro que o leitor encontra a seguir. Mas isso me leva ao segundo ponto, ou motivação.

Há uma segunda razão que me moveu a percorrer, novamente, os caminhos tapuias: o entendimento, construído ao longo de incontáveis leituras acerca de línguas classificadas no tronco Macro-Jê, de que, em alguma medida, a dicotomia *Tupi-Tapuia* ainda influi em nossas classificações genéticas, mesmo que (ou seguramente) de modo inconsciente. O que quero destacar é o fato de que, para a classificação genética que justificou a inclusão de algumas línguas no tronco Macro-Jê, aceitaram-se dados linguísticos bem pouco robustos, e as demonstrações de equivalências são “escolhidas a dedo”, mas em alguns casos é razoavelmente fácil verificar sua incoerência, quando se tomam em consideração todos os dados disponíveis. Em outras palavras, mesmo linguistas estão bastante propensos a reconhecer ou aceitar “indícios de prova” quando



agem sob a influência do preconceito historicamente construído na dicotomia Tupi-Tapuia (preconceito que, hoje, ao menos no campo da Linguística, tem o sinal invertido, ou seja, é positivo e favorável). Uma língua indígena no Brasil que se mostre “estranha” o suficiente para não caber em padrões já bem conhecidos do tronco Tupi, ou das grandes famílias já bem estabelecidas (como Arawak, Karib, Pano, Nambikwara etc.), se tiver a sorte de revelar meia dúzia de palavras que “lembrem” palavras de alguma língua Macro-Jê (ou, na “soma”, uma dezena de palavras que “lembrem” duas ou três Macro-Jê) já garante um “ingresso para o clube”.

Curiosamente, a refutação de todo e qualquer argumento tipológico e a recusa à consideração de qualquer fato extra-linguístico são características dessa abordagem que, no entanto, pode ser vista como “permissiva” na aceitação de elementos linguísticos apenas indiciais. Não são provas, mas o preconceito pró-Tapuia contribui favoravelmente para construção de uma “convicção” robusta.³⁶

O presente artigo, por isso, pretendeu trazer mais presente, aos nossos olhos, os já famigerados *Tapuias*, de modo a nos lembrar sempre do risco que se corre de fazer do Macro-Jê o que Rivet chamou de *caput mortuum* [*restos inúteis*], no caso, da Linguística brasileira.

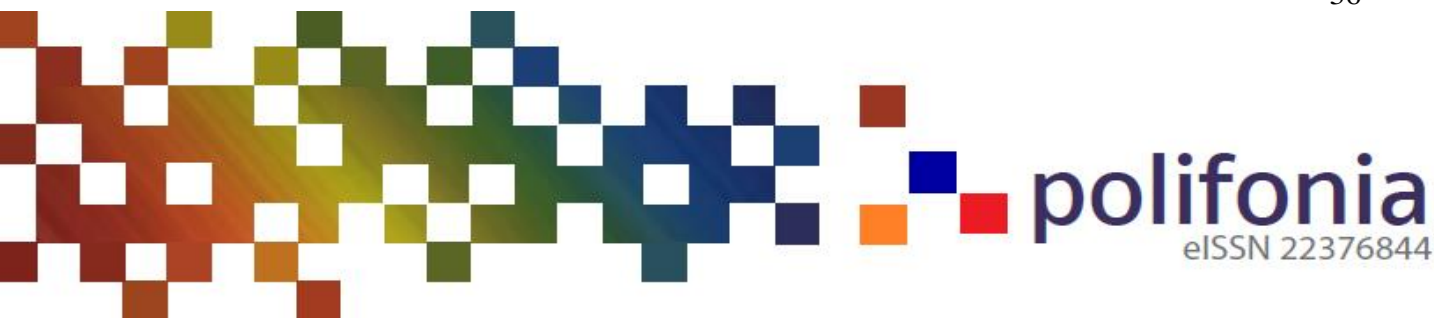
Referências

ALBUQUERQUE, James E. *Roulox Baro e o “país dos tapuias”*. *Representações acerca do gentio no Brasil do século XVII*. Rio de Janeiro: IFCS - UFRJ, 2006. Diss. de Mestrado.

AMBROSETTI, Juan Bautista. *Os índios Kaingang de San Pedro (Misiones), com um vocabulário*. Trad. Thiago Bolivar. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú, 2006.

ANCHIETA, José de, Pe. Informação do Brasil e e suas capitânias – 1584. In: ANCHIETA, J. de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre*

³⁶ Algo nisso me lembra um juiz venal brasileiro, que também praticava a condenação sem provas, apenas com base em sua convicção, e as altas cortes de justiça (aqui, só mesmo usando minúsculas) que o sacramentaram.



Joseph de Anchieta, S.J. (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 301-348.

ATAÍDES, Jézus M. de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998.

AYROSA, Plínio. Notas prefaciais. VOCABULÁRIO NA LÍNGUA BRASÍLICA. *Boletim n. 137 – Etnografia e Tupi-Guarani n. 23*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP, 1952, p. 9-11.

BARBOSA, Antonio Lemos, Pe. *Pequeno vocabulário Tupi-Português*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

_____. *Pequeno vocabulário Português-Tupi*. Com um apêndice: Nomenclatura de parentescos. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1970.

BARO, Roulox. Relação da viagem de Roulox Baro, intérprete e embaixador ordinário da Companhia das Índias Ocidentais, da parte dos Ilustríssimos Senhores das Províncias Unidas, ao país dos tapuias, na terra firme do Brasil. Trad. Lêda B. Rodrigues. In Pierre Moreau; Roulox Baro, *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos Tapuias*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979, p. 91-107.

BELLUZZO, Ana Maria M.; AMOROSO, Marta R.; SEVCENKO, Nicolau; PICCOLI, Valéria. *Do contato ao confronto. A conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: BNP Paribas, 2003.

BORBA, Telêmaco. *Atualidade indígena*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

CAMPOS, Antonio Pires. Breve notícia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuyabá e seu reconcavo... *Revista do IHGB*, vol. 25, p. 437-449.

CARDIM, Fernão. Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias. In F. Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*. (3a ed.). São Paulo: Cia Editora Nacional; Brasília: INL-MEC, 1978, p. 91-167.

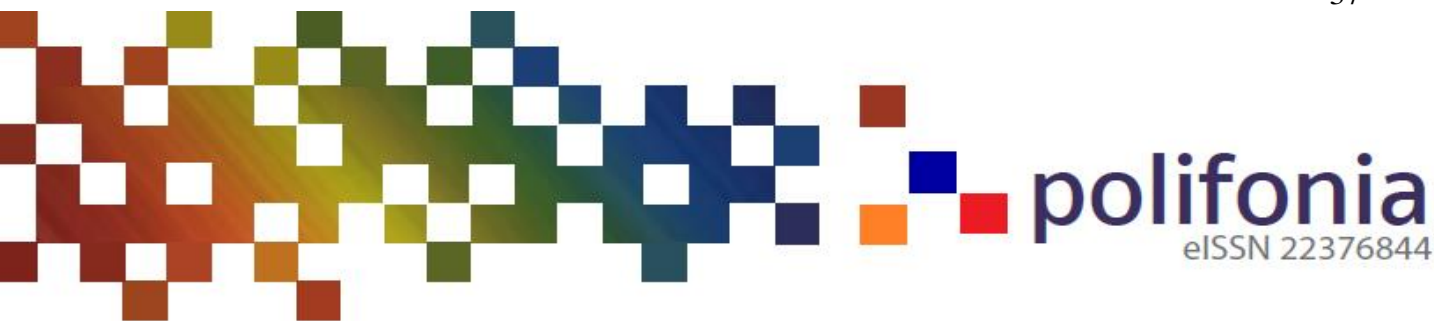
CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*. [1817] Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1976.

DAVIS, Irvine. Comparative Jê Phonology. *Estudos Lingüísticos. Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada*. São Paulo, vol. I, (2), p.10-24, 1966.

_____. Some Macro-Jê relationships. *International Journal of American Linguistics*, vol. 34, p. 42-47, 1968.

DIÁLOGOS das grandezas do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima (Orgs.). *Um Brasil para Martius*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012.



_____. *Martius*. Rio de Janeiro: Capivara, 2018.

EDELWEISS, Frederico G. *Tupis e Guaranís. Estudos de Etnonímia e Linguística*. Salvador, BA: Museu da Bahia/ Secretaria de Educação e Saúde, 1947.

_____. *Estudos Tupis e Tupi-Guaranis. Confrontos e revisões*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

GANDAVO, Pedro de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil; História da Província Santa Cruz*. [1570-1579]. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

GIRALDIN, Odair. *Cayapó & Panará. Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

GREENBERG, Joseph H. *Language in the Americas*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

GUDSCHINSKY, Sarah C. Ofaié-Xavante, a Jê Language. *Estudos sobre línguas e culturas indígenas*. Edição Especial. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1971, p. 1-16.

GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. O nexu linguístico Boróro-Merrime-Caiapó. *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, t. 2, n. 1, p. 61-74, 1939.

LEITE, Serafim, Pe. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, vol. III. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1958.

LÉRY, Jean. *Viagem à terra do Brasil*. [1578] Trad. e notas: Sérgio Milliet. Colóquio na língua brasílica e notas Tupinológicas: Plínio Ayrosa. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980.

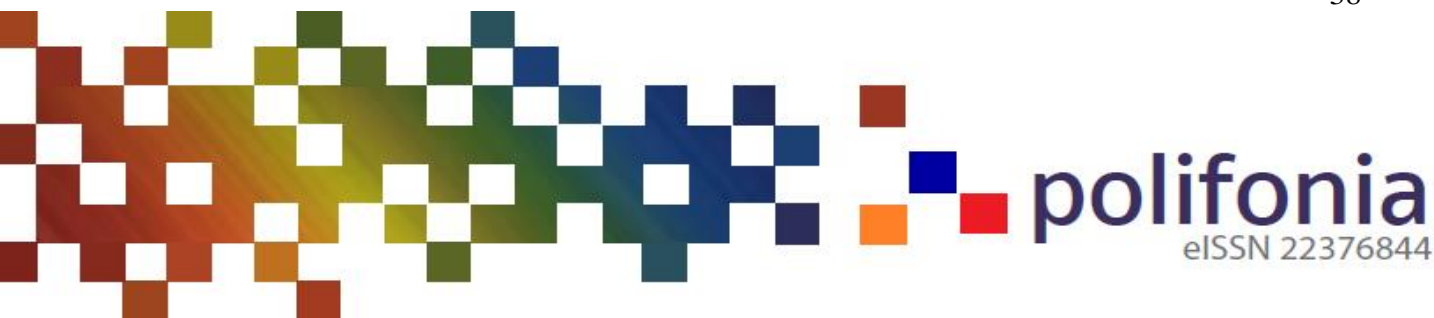
MARCGRAVE, George. [MARCGRAVI, Georgi] *Historiae Rerum Naturalium Brasiliae*. [Organizado por Ioannes de Laet, de Antuérpia]. Lugdun. Batavorum, apud Franciscus Hackium et Amstelodami apud Lud. Amsterdam: Elsevier, 1648.

MARCGRAVE, Jorge. *História Natural do Brasil*. Trad. José Procópio de Magalhães. São Paulo: Museu Paulista, 1942.

MARTIUS, Karl Friedrich Phil. v. *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens*. Vol. 1 – Zur Ethnographie. Leipzig: Friedrich Fleischer, 1867.

MASON, John Alden. The languages of South American Indians. In: J. H. Steward (Ed.), *Handbook of South American Indians*, Vol. VI. Washington, DC: Smithsonian Institution, 1950, p. 157-317.

MAYBURY-LEWIS, David. Algumas distinções cruciais na etnologia do Brasil Central. In Carlos E.A. Coimbra Jr.; James R. Welch (Orgs.), *Antropologia e história xavante em perspectiva*. Rio de Janeiro: Museu do Índio - FUNAI, 2014, p. 17-38. [publicação original, em inglês: *Anthropos*, vol. 60, 1965].



MILDER, Saul E. Seiguer (Org.). *Casas subterrâneas. Anais do I Colóquio sobre Sítios Construídos*. Santa Maria: LEPA-UFSM; Pallotti, 2005.

MONTOYA, Antonio Ruiz de, Pe. *Tesoro de la lengua Guaraní*. Madrid: Iuan Sanchez, 1639.

_____. *Tesoro de la lengua Guaraní*. Introd. e notas: Bartomeu Melià, SJ; Transcr. y transliteración por Friedl Grünberg. Asunción: CEPAG, 2011.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MORISOT, Claude B. Notas do Senhor Morisot sobre a viagem de Roulox Baro ao país dos Tapuias. Trad. Lêda B. Rodrigues. In Pierre Moreau; Roulox Baro, *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos Tapuias*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979, p. 109-128.

NIMUENDAJÚ, Curt. A corrida de toras dos Timbira. *Mana*, vol. 7, n. 2, p. 151-194. Rio de Janeiro: PPGAS-UFRJ, 2001.

REIS, José Alberione dos. *Arqueologia dos Buracos de Bugre: uma Pré-História do Planalto Meridional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

RIBEIRO, Eduardo Rivail. Macro-Jê. In: Keith Brown (Ed.). *Encyclopedia of Language & Linguistics*. Second Edition, vol. 7, Oxford: Elsevier, 2005, p. 422-426.

RIBEIRO, Eduardo R.; VOORT, Hein van der. Nimuendajú was right: the inclusion of the Jabutí language family in the Macro-Jê stock. *IJAL*, 76, (4), p. 517-570, 2010

RODRIGUES, Aryon Dall'Ígna. *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

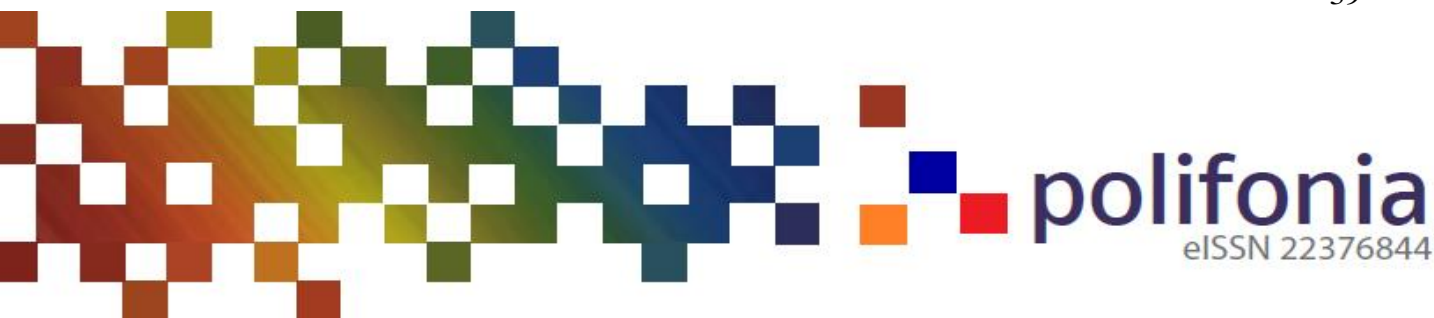
_____. Macro-Jê. In R. M. W. Dixon; A. Y. Aikhanvald (Eds.), *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p.164-206.

RODRIGUES, Lêda Boechat. Nota da Tradutora. In Pierre Moreau; Roulox Baro, *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos Tapuias*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979, p. 13-14.

SCHMIDT, Pedro Ignácio (Ed.). *Casas subterrâneas nas terras altas do Sul do Brasil. Pesquisas. Antropologia*, n. 58. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2002.

SOUSA, Afonso Botelho de Sampaio e. Notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 76 (1956). Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional - Divisão de Publicações, 1962.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. Comentários e notas de Varnhagen, Pirajá da Silva e Edelweiss. São Paulo: Edgard C. Falcão, 1974.



STADEN, Hans. *A verdadeira história dos selvagens, nus e devoradores de homens*. [1557]. Trad. Pedro Süssekind. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Dantes, 1999.

THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. [1558]. Trad. Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

VAL FLORIANA, Mansueto Barcatta de, Frei. Dicionários Kainjgang-Portuguez e Portuguez-Kainjgang. *Revista do Museu Paulista*, vol. XII, p. 1-392. São Paulo.

VASCONCELLOS, Simão de. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Ioam da Costa, 1668.

VLB - VOCABULÁRIO NA LÍNGUA BRASÍLICA. 2ª edição revista e confrontada com o Ms. fg., 3144 da Bibl. Nacional de Lisboa por Carlos Drumond. *Boletim*, n. 137 – *Etnografia e Tupi-Guarani*, n. 23 e *Boletim* n. 164 – *Etnografia e Tupi-Guarani*, n. 26. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP, 1952 e 1953.

VPB – VOCABULÁRIO PORTUGUÊS-BRASÍLICO. Mss. do Séc. XVIII, transcritos e ordenados por Plínio Ayrosa. *Boletim*, n. 135 – *Etnografia e Tupi-Guarani*, n. 21. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP, 1951.